



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 20 DE ABRIL DE 2021

PORTARIA Nº 166 /2021

NOMEIA COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.217/2010, resolve:

Art. 1º - Nomear os membros do Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, composto da seguinte forma:

1. José Bedeu de Farias Quirino (Engenheiro de Produção – Representante do executivo municipal) - CPF: 095.403.124-50.
2. Josileide Araújo Moraes (Assistente Social – Representante do executivo municipal) - CPF: 053.363.054-13.
3. Dr.ª Patrícia Hermínio Cunha Feitosa (Engenheira Civil – UFCG / Presidente do Comitê Executivo) - CPF: 027.070.694-99
4. Dr.ª Dayse Luna Barbosa (Engenheira Civil – UFCG) - CPF: 000.747.124-62
5. Dr.ª Andréa Carla Lima Rodrigues (Engenheira Civil – UFCG) - CPF: 021.068.734-76
6. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha (Sociólogo – UFCG) - CPF: 884.232.714-04

Art. 2º - O Comitê Executivo será responsável por executar as atividades previstas no Termo de Referência da Funasa, para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Entre estas atividades destaca-se a realização de mobilizações sociais, levantamento de dados, visitas técnicas e elaboração dos relatórios que compõem o PMSB estabelecido no Termo de Execução Descentralizada (TED nº 03/2019).

Art. 3º - Os servidores municipais José Bedeu de Farias Quirino e Josileide Araújo Moraes, designados como integrantes do Comitê Executivo deverão repassar informações, acompanhar as atividades a serem desenvolvidas no município e, obrigatoriamente, participar das oficinas de capacitação do Termo de Execução Descentralizada (TED nº 03/2019), para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Outros representantes do Comitê Executivo também poderão participar das referidas capacitações, desde que seja informado previamente o número de participantes à coordenação do PMSB na Universidade Federal de Campina Grande.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Congo/PB, Estado da Paraíba, em 20 de abril de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUZA
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 20 DE ABRIL DE 2021

Decreto nº 338/2021.

INSTITUI O COMITÊ DE CRISE PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19(CORONAVIRUS), DE ACORDO COM A LEI ESTADUAL Nº11.696, DE 29 DE MAIO DE 2020, NO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

CONSIDERANDO, a Lei Estadual Nº 11.696, de 29 de maio de 2020, que deliberou a respeito da obrigatoriedade da criação de Comitês de Crise nos municípios da Paraíba que decretaram Calamidade Pública para enfrentamento da pandemia do coronavírus;

CONSIDERANDO ainda a classificação da situação dos municípios na aferida na 23ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 19 de abril de 2021, na qual o município de Congo continua em "bandeira laranja";

CONSIDERANDO ainda a necessidade de engajamento tanto da administração pública local, bem como do maior número de seguimentos da sociedade civil congense para o enfrentamento ao flagelo desta Pandemia e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população congense;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Comitê de Crise para enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19.

Art. 2º. O Comitê de crise é órgão deliberativo e de articulação das ações da Administração Pública Municipal, bem como de assessoramento ao Prefeito sobre a consciência situacional em questões decorrentes da pandemia da COVID-19.

Art. 3º. O comitê será composto por:

I – 1 (um) membro da Estrutura Administrativa do Executivo Municipal;

II – 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Saúde;

III – 1 (um) membro do Departamento de Vigilância Epidemiológica Municipal

IV – 1 (um) membro do Poder Legislativo Municipal;

V – 2 (dois) membros das Entidades Religiosas;

VI – 2 (dois) membros das Entidades Associativas e de Classes;

VII – 1 (um) membro da Sociedade Civil;

§1º. Os membros do Comitê serão convidados a participarem do Comitê e as nomeações serão regulamentadas através de Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo ainda, dentre os membros, designado um Coordenador do Comitê.

§2º. O Coordenador poderá convidar para participar das reuniões do Comitê, a depender do tema a ser discutido, membros do Poder Judiciário, membros do poder legislativo, membros do Ministério público, os Comandantes da Polícia Civil e militar e do corpo de Bombeiros, além de outras autoridades públicas e especialistas.

Art. 4º. O comitê se reunirá sempre que convocado por seu Coordenador.

§1º O quórum de reunião do Comitê é a maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§2º Além do voto ordinário, o coordenador terá voto de qualidade no caso de empate.

§3º O comitê poderá instituir grupos de trabalho temporários com o objetivo de auxiliar no cumprimento de suas atribuições.

Art. 5º. A participação no Comitê e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público, relevante e não remunerada.

Art. 6º. O Comitê atuará de forma coordenada com todas as Secretarias Municipais e com o Gabinete do Prefeito.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se desde já revogado o Decreto Municipal nº 302 de 15 de junho de 2020 e as disposições em contrário.

Prédio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 14 de abril de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA

Prefeito



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 20 DE ABRIL DE 2021

Decreto nº 339/2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS E DE ADEQUAÇÃO PARA O CONTROLE E PREVENÇÃO DO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19), FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS, ADMINISTRATIVA E COMERCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Congo e com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de 1988, art. 20, IV, da Lei Orgânica do Município de Congo;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 41.175 de 17 de abril de 2021 que trata da adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO ainda a classificação da situação dos municípios na aferida na 23ª Avaliação vigente quinzenalmente e a partir de 19 de abril de 2021, na qual o município de Congo continua em "bandeira laranja";

CONSIDERANDO a realidade local para a adequação das normas aqui estabelecidas, na atividade econômica, administrativa e comercial deste município;

CONSIDERANDO todos os esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal de Congo, para a efetivação de medidas de prevenção à Pandemia da COVID-19, atentando prioritariamente para a situação epidemiológica atual da cidade nos esforços contínuos para amenizar o aumento dos números de casos conforme últimos boletins emitidos pela Secretária Municipal de Saúde e;

CONSIDERANDO o comprometimento da atual gestão com o bem-estar e saúde de toda a população congoense;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas medidas adicionais, restritivas e emergenciais de combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), em todo o território do Município de Congo e em coadunação com os termos do Decreto Estadual nº 41.175/2021, passando a valer da data de publicação deste Decreto e até o dia 02 de maio de 2021.

Art. 2º - As secretarias municipais, bem como a estrutura administrava do município, excetuando-se os serviços de saúde, funcionarão de segunda-feira às sextas-feiras, nos seguintes horários e com a observação de todas as normas sanitárias vigentes, sobretudo o uso de máscara, higienização das mãos e o distanciamento social:

- a) Das 08:00hs às 12:00hs – atendimento ao público em geral;
- b) Das 14:00hs às 17:00hs – funcionamento interno.

Art. 3º - Em caráter integrativo e de complementariedade ao estabelecido nos termos do Decreto Estadual nº 41.175/2021, podem funcionar com adequações de protocolos estabelecidos pela Secretária Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, os seguintes serviços:

I – Serviços considerados essenciais como: supermercados, mercadinhos, mercearias, hortifruti, lava a jato, oficina mecânica, borracharias e açougues, unidade odontológica, revendedores de água e gás, casa lotérica, laboratório de análises clínicas, poderão funcionar das 07:00hs até às 17:00hs.

II - Lojas de varejo, de produtos agropecuários, de material de construção poderão funcionar das 07:00hs até 17:00hs.

III – Farmácias, padarias e postos de combustíveis poderão funcionar entre 06:00hs e 22:00hs.

IV – Academias, das 06:00hs até 22:00hs, limitado o número de 10(dez) usuários para cada hora, sendo ainda obrigatório fazer a desinfecção com produto sanitário após cada uso dos aparelhos e proibido o uso de bebedouros, permitindo-se somente a posse de garrafa individualizada, bem como promoverá a aferição e controle da temperatura dos usuários e público.

V – Cabeleireiros, barbearias, manicures, pedicure, serviços de depilação e demais estabelecimentos de serviços similares, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e desde que siga todas as medidas sanitárias obrigatórias de combate ao novo coronavírus (COVID-19), objetivando-se assim, a atender um cliente de cada vez e priorizando pelo distanciamento social, evitando-se assim a aglomeração dentro do recinto do estabelecimento;

VI - Missas, cultos e demais cerimônias religiosas, poderão ser realizadas nas sedes das igrejas e templos, neste caso com ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade do local, podendo chegar a 50% (cinquenta por cento) da capacidade desde que em áreas abertas, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

VII – Reuniões de associações e similares, poderão ser realizadas nas sedes destas, neste caso com ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade, sendo obrigatório o uso da máscara, o distanciamento social e a desinfecção das mãos;

VIII – Construção Civil, no horário entre 06:00hs e 17:00hs.

IX – Restaurantes, lanchonetes, loja de conveniência e similares, somente poderão funcionar com atendimento nas suas dependências das 07:00 horas até 22:00 horas, com ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade do local, podendo chegar a 50% (cinquenta por cento) da capacidade com a utilização de áreas abertas, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento.

X – Bares somente poderão funcionar das 06:00hs às 22:00hs, única e exclusivamente, durante vigência do presente Decreto, com atendimento de entrega do produto em domicílio e/ou retirada do produto pelo cliente, sendo proibido o atendimento e permanência de usuários dentro de suas dependências.

Art. 4º - A rede pública municipal durante o prazo de vigência deste decreto, funcionará em regime de aulas remotas.

Art. 5º - Em consonância com os termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 41.175/2021 em seu §3º, no âmbito deste município, as instituições privadas de ensino fundamental das séries iniciais e do ensino infantil poderão funcionar em regime de aulas híbridas.

Art. 6º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto as atividades esportivas em campos de futebol, ginásios e quadras, sendo no entanto, permitido, como forma de incentivar a prática de atividades físicas individuais o uso de parques e espaços públicos para tal fim, desde que sejam observados os protocolos sanitários e de combate à pandemia.

Art. 7º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a realização de shows, festejos, públicos ou particulares, eventos culturais no âmbito da zona urbana ou rural do município de Congo/PB.

Art. 8º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto a utilização de aparelhos sonoros por parte da população em geral nos espaços públicos do município de Congo/PB que possam causar aglomerações, excetuando-se a utilização de tais aparelhos por parte do poder público para fins de assegurar a realização de campanhas de conscientização na prevenção da disseminação do COVID-19.

Art. 9º - Fica proibido durante o prazo de vigência deste decreto o acesso de pessoas em ambientes que sejam voltados para a prática de entretenimento e que estejam localizados no âmbito do município de Congo/PB, seja na zona urbana ou rural.

Art. 10º - É obrigatório em todo território do Município de Congo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas do município.



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 20 DE ABRIL DE 2021

Parágrafo único - O uso de máscara previsto no caput é obrigatório nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados que estejam autorizados a funcionar de forma presencial e nos veículos públicos e particulares que transportem passageiros.

Art. 11 - Ficam plenamente consolidadas e convalidadas todos os termos contidos no Decreto Estadual nº 41.175/2021 no âmbito deste município, servindo o presente Decreto como norma integrativa e complementar, as ressalvas contidas nos artigos antecessores.

Art. 12 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidas a Secretaria Municipal de Saúde que organizará sistematicamente o enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) e a Procuradoria Geral do Município.

Art. 13 - A vigilância sanitária municipal, as forças policiais estaduais, AGEVISA e o PROCON estadual ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesse decreto, e o descumprimento sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa e poderá implicar no fechamento em caso de reincidência, tudo isso já normatizado nos termos dos artigos. 6º e 7º do Decreto Estadual nº 41.175/2021.

Parágrafo único - Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no caput serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 14 - Os estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste decreto, deverão zelar pela obediência a todas as medidas sanitárias estabelecidas para o funcionamento seguro da respectiva atividade.

§1º - Constatada qualquer infração ao disposto no caput, deste artigo, será o estabelecimento notificado e multado e poderá ser interditado por até 07 (sete) dias em caso de reincidência.

§2º - Em caso de nova reincidência, será ampliado para 14 (catorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo.

§3º - O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$20.000,00 (vinte mil reais).

§4º - Todos os órgãos responsáveis pela fiscalização, enumerados no Art. 13 deste Decreto, poderão aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

Art. 15 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogado desde já as disposições em contrário.

Prédio Sede da Prefeitura, Congo/PB, 19 de abril de 2021.

ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito